

PLANO DE TRABALHO

DISCIPLINA	TEMAS DE CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO								
DOCENTE	MAURICIO PEREIRA FARO								
CÓDIGO	GRDDIRATCE6220	SEMESTRE	2022.1	PERÍODO	-	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	10h

EMENTA	O seminário irá discutir com os alunos de maneira analítica e pragmática temas de contencioso tributário analisados tanto na esfera administrativa quanto judicial, abordando, inclusive a interseção de ambas as esferas e as consequências processuais e materiais de cada uma delas. Os temas serão discutidos na perspectiva das alterações trazidas pela Emenda Constitucional 45, o novo Código de Processo Civil e as normas legais e infraconstitucionais que tratam do processo administrativo fiscal.								
OBJETIVOS	Compreender e debater sobre os temas de contencioso tributário.								
METODOLOGIA	Método socrático com participação discente.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
	X	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Processo Administrativo tributário – importância e limites de jurisdição								
2	A importância da Emenda Constitucional 45 no Contencioso Tributário								
3	A prova no contencioso tributário								
4	Estudo de caso								
5	Estudo de caso								
6	Estudo de caso								
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Avaliação por participação e trabalhos.								
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	LOPES, Mauro Luis da Rocha Processo Judicial Tributário. SEGUNDO, Hugo de Brito Processo Tributário.								
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	MOREIRA, Bernardo Motta. Controle do Lançamento Tributário pelos Conselhos de Contribuintes: Aspectos Polêmicos do Processo Administrativo Fiscal. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013. v. 1. 394p. FARO, Maurício Pereira; MOREIRA, Bernardo Motta. O Dever de Prova do Lançamento Tributário e os Limites da Busca da Verdade Material no Processo Tributário Administrativo. In: Lucas Bevilacqua; Vanessa Cecconello. (Org.). Tributação Federal: Jurisprudência do CARF em Debate. 1ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020, v. 1, p. 41-60. FARO, Maurício Pereira; MOREIRA, Bernardo Motta. A publicidade das decisões de primeira instância pela Receita Federal. In: Alessandro Cardoso; Alexandre Teixeira; Luiz Massara; Marcelo Campos; Paulo Castro Júnior. (Org.). Processo Administrativo Tributário. 1ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2018, v. 1, p. 107-130.								

	<p>FARO, Maurício Pereira; MOREIRA, Bernardo Motta. O Novo CPC e os Reflexos no Processo Tributário Administrativo. Revista de Estudos Tributários (Porto Alegre), v. 110, p. 500-519, 2016.</p> <p>FARO, Maurício Pereira; MOREIRA, Bernardo Motta. O princípio da igualdade tributária e a recepção dos julgados pela Administração Pública. In: José Horácio Halfeld Rezende Ribeiro; Ruy Martins Altenfelder Silva. (Org.). Direito, Economia e Política: Ives Gandra, 80 anos do humanista. 1ed. São Paulo: Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP, 2015, v. 1, p. 447-462.</p>
--	---